



## CAPACITAÇÃO DOS CIDADÃOS: ESTRATÉGIA EXECUTIVA DA OSISA 2019 - 2022

### Introdução

Programas da OSISA em 11 países da África Austral. Nosso trabalho foi suportado por recursos financeiros relativamente estáveis na última década, um pessoal experiente e motivado, pesquisas, dados e análises baseadas em evidências, uma rede comprometida de parceiros que partilham nossa visão e que fazem parte da rede global de fundações. Todos eles aumentam a visibilidade do nosso trabalho e amplificam as vozes que apoiamos.

Vemos um aumento da mobilização de cidadãos e da sociedade civil, durante as eleições e ameaças à democracia constitucional, bem como contra a má prestação de serviços sociais e a desigualdade na República Democrática do Congo (RDC), Angola, Zimbábwe, Zâmbia, Malawi, Moçambique, Madagascar e África do Sul. Registamos sucesso na criação de movimentos sociais de pequenos agricultores do sexo feminino, mulheres vendedoras informais, grupos de lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e intersexuais (LGBTI) e mulheres em comunidades afectadas pela mineração. Além disso, a expansão do jornalismo investigativo e nosso trabalho sobre a governação de recursos naturais, responsabilizando as indústrias extractivas, chamam a atenção sobre os nossos impactos. No entanto, também vemos um aumento da reacção do governo, sobretudo através da ameaça de maior regulamentação da sociedade civil e maior controlo dos meios de comunicação social (incluindo as redes sociais).

Aspiramos que os cidadãos vivam livres de discriminação e que gozem os seus direitos, independentemente de quem eles sejam; defendemos o poder de seus direitos serem exercidos com responsabilidade, e que as vozes dissonantes tenham tanto respeito quanto as da maioria. Nossa estratégia 2019-22 descreve nosso objectivo geral, objectivos específicos e tácticas para alcançá-los, bem como a forma como alinhamos a nossa estratégia aos recursos. Continuaremos a desempenhar um papel distinto por meio de nosso poder de convocação, liderança de pensamento e concessão de subvenções, sobretudo em áreas que outros doadores não financiam, como o fortalecimento de agências e movimentos de cidadãos para promoção, protecção e progresso dos direitos dos marginalizados. Esse posicionamento permite-nos abrir espaço para o engajamento em questões difíceis e sensíveis, mas pertinentes, que afectam nossa região.

Através das nossas subvenções, pesquisas, advocacia e outras intervenções, esperamos ver mais cidadãos a organizarem-se, a exprimirem as suas opiniões, a protestarem e a desafiarem tentativas de subverter a democracia, o constitucionalismo, a transparência e a responsabilização. Os cidadãos a organizarem-se, a exprimirem as suas opiniões, a protestarem e a desafiarem tentativas de subverter a democracia, o constitucionalismo, a transparência e a responsabilização. Antecipando a reacção do governo, esperamos fornecer às organizações que proporcionam defesa jurídica subvenções que as permitem dar apoio jurídico a manifestantes e activistas (ver a nossa Teoria da Mudança).

Na nossa nova estratégia, a *principal mudança* estará na nossa bordagem. Para combater os retrocessos democráticos, o aumento da discriminação e as violações dos direitos humanos e as economias não inclusivas, aumentaremos nosso apoio à *capacitação dos cidadãos como os principais agentes de mudança na sociedade*. Enquanto nossos esforços de trabalho anteriores tenham procurado focar no lado da demanda e do fornecimento, aumentaremos nosso apoio ao lado da

demanda no futuro, tendo em vista os esforços deliberados do governo para fechar o espaço cívico, corrupção não resolvida, bem como a incapacidade e falta de vontade de promover e proteger os direitos humanos. No que se refere aos serviços públicos, focalizaremos-nos na saúde e na educação como investimentos-chave para garantir que cidadãos tenham uma vida digna e com significado. Colocaremos as cidadãos que mais sofrem as consequências nas sociedades fechadas no centro de nossos esforços em todo o trabalho que fazemos.

## **Nosso contexto**

O contexto político, social e económico na África Austral está a passar por mudanças importantes. No que diz respeito à <Italic>política</Italic>, movimentos de libertação dominantes como a União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU PF), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Congresso Nacional Africano da África do Sul (ANC), que estão a governar por décadas, passaram por uma renovação de liderança. Ainda não se sabe se isso representa uma oportunidade para um tipo de política diferente da política actual, onde o espaço político foi restrito, as vozes da oposição silenciadas, as liberdades dos meios de comunicação social restringidas e o espaço cívico reduzido.

A região sofreu reveses na sua trajectória da democracia. Esses reveses assumiram várias formas.

*Primeiro*, houve violações *da ordem constitucional* em países como: Zimbabwe, que sofreu um golpe militar em novembro de 2018 e realizou eleições em julho de 2018; RDC, onde o presidente Joseph Kabila criou uma crise política ao permanecer no poder além de seu mandato constitucional; e Zâmbia, onde, em dezembro de 2018, o Tribunal Constitucional permitiu que o presidente Edgar Lungu concorresse para um terceiro mandato. Em Moçambique, as negociações de paz entre o partido no poder, FRELIMO, e a oposição Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), pararam depois da morte de Alfonso Dhlakama. A economia do país está em crise depois de um escândalo de corrupção que resultou em uma dívida enorme. As eleições locais passaram por uma trajectória pacífica e democrática do país, enquanto a impunidade por graves violações dos direitos humanos continua.

*Segundo*, houve tendência dos partidos no poder de *manipular eleições* para permanecer no poder e subverter as escolhas democráticas dos cidadãos. Isto assumiu várias formas, que vão desde a restrição de actividade política da oposição (Zimbabwe, RDC, Angola, Zâmbia, Eswatini, Moçambique); promulgação e execução de leis que restringem a actividade política, cívica e de meios de comunicação social (Zimbabwe, RDC, Angola, Zâmbia, Botswana); manipulação de processos e instituições eleitorais (Angola, RDC, Zimbabwe, Moçambique, Zâmbia); e uso de violência e intimidação (Zimbabwe, RDC, Angola, Zâmbia, Lesoto). Embora o recurso à violência para vencer as eleições pareça ter diminuído devido aos custos mais altos de ilegitimidade impostos pela comunidade regional e internacional, formas novas e mais inteligentes de manipulação eleitoral, incluindo o uso de tecnologia, estão a surgir (Zimbabwe, RDC). Uma tendência geral é a violenta repressão de protestos por jovens em Angola, RDC, Malawi e Zimbabwe, onde são presos, perseguidos ou mesmo mortos.

*Terceiro*, houve a perseguição de espaços de comunicação social antigos e novos para *fechar o espaço cívico*. Os jornalistas foram sujeitos a leis que restringem seu trabalho, perseguidos, processados por difamação criminal e, em alguns casos, ameaçados de violência e morte. No Botsuana, em 2017, jornalistas do *Centro de Jornalismo Investigativo INK* (foram detidos e ameaçados de morte por agentes de segurança durante seu trabalho. No Lesoto, um jornalista foi alvejado a tiros por homens desconhecidos em 2017, mas sobreviveu. Na Zâmbia, um grande jornal independente permanece fechado por supostas infracções fiscais de US \$ 6 milhões. No Zimbabwe, pelo menos 32 jornalistas

foram agredidos durante seu trabalho, apenas em 2016.<sup>1</sup> Uma tendência geral é a perseguição de jornalistas cujo trabalho expõe a corrupção.

Na *economia*, a maioria dos países da África Austral depende de recursos minerais. Eles são alguns dos maiores produtores mundiais dos principais minerais do mundo, por exemplo, óleo (Angola) cobalto (RDC, Zâmbia, Zimbabwe) cobre (Zâmbia, RDC), diamantes (Botswana, Lesoto, Namíbia, RDC, Angola, Zimbabwe, Sul) África), platina (África do Sul, Zimbabwe), ouro (RDC, África do Sul, Zimbabwe) e carvão (Moçambique, Zimbabwe, RDC, África do Sul, Botswana). Esta riqueza (e dependência nela) torna as economias da região vulneráveis aos ciclos de subida/queda de preços de matérias-primas que acompanham extração mineira.

Depois um período de queda de vários anos, há sinais preliminares de que os preços de matérias-primas para alguns dos principais minerais estão novamente prontos para uma subida. Paradoxalmente, a maioria dos países da região também é a mais desigual e a mais pobre. Quatro países da região (Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Botswana) estão entre os dez países mais desiguais do mundo. Subjacente a esses desafios de desenvolvimento está a corrupção dos sectores público e privado, que subverte a democracia e rouba aos países os recursos para a prestação dos serviços públicos.

A região continua a enfrentar regressão em relação aos *direitos humanos*, sobretudo para grupos minoritários marginalizados e desfavorecidos e comunidades. Além do fracasso dos governos em proteger seus direitos civis e políticos, mulheres, grupos sexuais minoritários, grupos indígenas, jovens, migrantes, pessoas com albinismo e outros grupos enfrentam discriminação sistemática, exclusão e violência. Em Angola, apesar da recente revogação da lei das organizações não-governamentais (ONG), o espaço para os cidadãos expressarem seus direitos civis e políticos continua a diminuir devido a respostas violentas do governo aos protestos pacíficos dos jovens. Na RDC, a escalada da violência na região de Kasai resultou na morte de milhares e no deslocamento de até um milhão de cidadãos. No Zimbabwe, as leis que visam restringir a actividade política e as liberdades dos meios de comunicação social permanecem, apesar da promessa de realizar eleições livres e justas em agosto de 2018.

## **No estratégia**

Nossa meta nos próximos quatro anos é **fortalecer a capacidade dos cidadãos** para se mobilizarem e organizarem-se para proteger e defender a democracia constitucional, desafiar a discriminação e a injustiça e pressionar as alterações inclusivas e serviços públicos equitativos. Essa abordagem do lado da demanda será realizada por meio de concessão de subvenções consistente para as organizações e formações cívicas de cidadãos. Caso seja necessário, desempenharemos um papel catalítico e de apoio, utilizando nosso poder de convocação e investindo em trabalho conceptual para garantir liderança estratégica nos três pilares abaixo.

## **Nossos objectivos estratégicos**

Em resposta ao contexto descrito acima, organizamos nosso trabalho em torno de três pilares prioritários: **Democracia e governação; justiça económica e social; direitos humanos, acesso à justiça e estado de direito**. Cada um com um objectivo estratégico:

---

<sup>1</sup> Relatório da Anistia Internacional de 2017 sobre Direitos humanos na África Austral

*Pilar de democracia e governação:*

**Objectivo estratégico 1:** *Capacitar vozes, processos, organizações e movimentos pró-democracia que trabalham para promover e defender a democracia, o constitucionalismo, a responsabilização do sector público e privado.*

Os desafios são como garantir que os cidadãos sejam capazes de resistir à erosão do espaço democrático, o poder político seja legitimamente obtido e os cidadãos possam responsabilizar os actores políticos e outros no exercício desse poder.

Continuaremos a apoiar a consolidação democrática, incluindo apoio à participação dos cidadãos em eleições credíveis no Malawi (2019), Moçambique (2019), RDC (2018) e Zâmbia (2020). Aumentaremos nosso apoio às vozes pró-democracia e aos actores da sociedade civil que advogam em defesa do constitucionalismo na RDC, no Zimbabwe e na Zâmbia. Nosso apoio focalizou, anteriormente, no fornecimento de assistência jurídica a jovens manifestantes presos em Angola, RDC e Zimbabwe. Adicionalmente, forneceremos subvenções para as formações de jovens emergentes na RDC, Zimbabwe e Angola, à medida que eles se organizam e se mobilizam em defesa dos direitos, democracia e constituições (mais do que *depois do facto*). Aumentaremos nosso apoio a formas emergentes de activismo que alavancam movimentos de TIC e hash tag por meio de centros e plataformas de tecnologia liderados por jovens para elevar as suas vozes que exigem a responsabilização do governo. Continuaremos a apoiar o jornalismo investigativo no Botswana, Malawi, Lesoto e Zimbabwe na apresentação de relatórios sobre a corrupção, sobretudo a corrupção relacionada com compras públicas e seus impactos na prestação de serviços públicos.

*Pilar de direitos humanos, acesso à justiça e estado de direito:*

**Objectivo estratégico 2:** *Capacitar os cidadãos que sofrem a discriminação, injustiça e violações dos direitos humanos violações por causa de sua identidade, crenças e opiniões para conhecerem, entenderem e lutarem pelos seus direitos; e fortalecer as capacidades das instituições nacionais para combaterem a discriminação, fazerem justiça e protegerem os direitos humanos.*

Enquanto a situação dos direitos humanos permaneça deficiente para a maioria dos cidadãos, pior ainda é para a comunidade LGBTI, trabalhadores do sexo, mulheres, pessoas com deficiência, grupos indígenas, migrantes, comunidades mineradoras, comerciantes informais, direitos humanos e activistas políticos perseguidos devido a suas identidades, opiniões, crenças, situação socioeconómica e outras situações. O desafio é como capacitar os cidadãos que enfrentam discriminação e outras violações dos direitos humanos a entenderem, exigirem e lutarem por seus direitos e, ao mesmo tempo, fortalecer as capacidades das instituições públicas para fazerem justiça. Continuaremos, portanto, a apoiar organizações para ajudá-las a organizarem e mobilizarem a comunidade LGBTI para combater leis, políticas e atitudes discriminatórias. Continuaremos a promover a solidariedade e a construir movimentos, incluindo organizações religiosas (OR), para combaterem atitudes negativas em relação às comunidades LGBTI e de trabalho de sexo. Continuaremos, também, a apoiar campanhas de consciencialização sobre direitos humanos e a apoiar activistas defensores dos direitos humanos em toda a região.

*Pilar de justiça económica e social:*

**Objectivo estratégico 3:** *Capacitar os cidadãos para advogarem e exigirem economias inclusivas e adequadas que prestam serviços públicos mais responsáveis e equitativos, sobretudo na saúde e na educação.*

O desafio é como envolver os cidadãos na defesa de uma economia inclusiva, melhor prestação de contas do governo e serviços públicos mais equitativos.

Continuaremos a trabalhar com grupos de reflexão constituídos por activistas que representam os interesses de comunidades marginalizadas e movimentos de justiça económica na região. Focalizaremos em mulheres agricultoras rurais, comerciantes informais, empregadas domésticas (direitos da empregada doméstica) e mulheres afectadas pelo sector da industria extractivas. Apoiaremos grupos de direitos da mulher e grupos que fazem campanha contra fluxos financeiros ilícitos (FFI), e que apelam a uma maior mobilização de recursos internos, bem como a reforma fiscal em Angola, RDC, Moçambique e Zimbabwe.

Na área da educação, continuaremos a apoiar coligações de educação , associações de pais, órgãos de administração escolar e outras partes interessadas para pressionarem em favor de expansão do acesso e da qualidade, sobretudo para *crianças fora da escola*, alunos com deficiência e filhos de pobres, comunidades indígenas, a nível geral e de Desenvolvimento de Primeira Infância (ECD). Continuaremos a apoiar coligações e redes de ECD.

Na área da saúde, desenvolvidas em estreita colaboração, continuaremos a usar subvenções, pesquisas e advocacia para promover os direitos à saúde. Forneceremos subvenções a grupos e comunidades da sociedade civil em Zimbabwe, Malawi e Moçambique.